

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.118 - RN (2019/0301639-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : JEFERSON SANTOS TEIXEIRA DA SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JOATHAN ROBERIO DA SILVA:10463779495 - RN0017317  
JEFERSON SANTOS TEIXEIRA DA SILVA - RN016913  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PACIENTE** : AURICLEIDE FERNANDES DE SOUSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de AURICLEIDE FERNANDES DE SOUSA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (HC n. 0800266-57.2019.8.20.0000).

Depreende-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante (e-STJ fls. 32/46), tendo sido a prisão convertida em preventiva (e-STJ fls. 50/54), e denunciada pela suposta prática do delito tipificado no art. 155, § 1º, do Código Penal, tendo em vista que (e-STJ fl. 93):

Em 29 do abril de 2019, por volta das 03h, na COBAL, localizada no bairro Paredões, Mossoró RN, a denunciada, durante o repouso noturno, subtraiu 04 (quatro) cadeiras, cada uma no valor de R\$ 25.00 (vinte e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 100,00 (cem reais), pertencente à vítima M.A. DA S.

A defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar na origem alegando a atipicidade da conduta em razão do princípio da insignificância; no entanto, o pleito emergencial foi indeferido (e-STJ fls. 199/202).

Neste *writ*, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da medida constritiva imposta à paciente e da atipicidade da conduta a ela imputada.

Sustenta, primeiramente, ser o caso de superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal diante da flagrante ilegalidade decorrente da decretação da

# Superior Tribunal de Justiça

prisão preventiva.

Informa que a investigada é pessoa viciada em *crack*, vive na rua, e a alegada lesão causada ao bem jurídico foi insignificante.

Ressalta que a custódia foi estabelecida com base em argumentos genéricos e nos antecedentes criminais da paciente; reforça, ainda, que *"a simples existência de antecedentes ou mesmo de constatada reincidência não afasta a possibilidade de reconhecimento do princípio da insignificância"* (e-STJ fl. 9).

Defende que, *"no caso dos autos, (1) o reduzidíssimo valor da res furtiva (R\$ 100,00); (2) a condição econômica da vítima (comerciante); (3) as circunstâncias pessoais da paciente (moradora de rua viciada em crack); (4) as circunstâncias do crime (subtração de cadeiras de plástico que haviam sido deixadas de madrugada na parte externa do estabelecimento, conforme reconhecido pela própria vítima); (5) a ausência de indícios de autoria e de materialidade, eis que as cadeiras de plástico sequer foram encontradas com a paciente, tendo a prisão ocorrido 7h30 após o crime e se baseado na confissão provavelmente forçada pelos guardas municipais e em imagens de baixa resolução de câmera de segurança, insuficientes para identificar o agente; (6) a natureza dos antecedentes (tentativas de pequenos furtos); são circunstâncias suficientes para justificar, não obstante a condição de reincidência, o reconhecimento do fato insignificante, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal"* (e-STJ fl. 10).

Alega, portanto, a necessidade de trancamento da ação penal por manifesta atipicidade da conduta.

Subsidiariamente, aduz ser o caso de relaxamento da custódia e reitera a ausência de fundamentação do decreto prisional, além da inexistência de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do crime em questão.

Aduz, por fim, não estarem presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal e que *"a situação de rua, por si só, não pode ser compreendida como risco à aplicação da Lei Penal, mormente quando existente tecnologia de rastreamento capaz de substituir eficazmente a prisão"* (e-STJ fl. 13).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dessa forma, requer, liminarmente, a suspensão do andamento do processo em tela e o relaxamento da prisão preventiva. No mérito, postula o reconhecimento da atipicidade da conduta com o consequente trancamento da ação penal. Subsidiariamente, reitera o pleito de relaxamento da custódia sem prejuízo da aplicação de medidas alternativas, nos termos do art. 319, IX, do CPP (e-STJ fls. 3/15).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie. A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.*

[...]

*3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016).*

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie.*

# Superior Tribunal de Justiça

*Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*

*3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016).*

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias, notadamente, porque, ao decretar a medida constritiva, o Juízo de primeiro grau destacou que a própria flagranteada confessou a prática do delito, além de ser reincidente em crimes de furto (e-STJ fls. 50/54).

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator